

**O PROCESSO DE PESQUISA SOBRE A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE
CAMPO DO BANCO, NO BAIRRO DA VÁRZEA, ATRAVÉS DE ICONOGRAFIA
E RELATOS ORAIS DOS SEUS MORADORES E DE PROXIMIDADES**

Alexandre Acioli de Lucena Júnior

(Universidade Federal de Pernambuco, Bacharel em História, aciolijr@yahoo.com.br)

Palavras Chave: Campo do Banco, História Oral, Memória.

O artigo traz informações sobre o processo de pesquisas envolvendo a formação de uma comunidade através de relatos orais. Moradores da comunidade Campo do Banco e de proximidades fazem parte da história do bairro da Várzea, da construção da Universidade Federal de Pernambuco. Através destes relatos orais é que podemos compreender um pouco como se deu essa formação da comunidade e a relação dos moradores com seu entorno.

A fotografia também serve de estopim ativador da memória do passado através do olhar do presente. É na iconografia que se contempla esta relação da memória com as narrativas orais de forma mais concreta. De modo embrionário, esta pesquisa é reflexo destes fragmentos, eivada de olhares múltiplos dos personagens envolvidos, imersos no processo de ocupação da comunidade. Com algum modo aqui reunidas, estas informações desta pesquisa estão dispostas conforme o movimento da escrita, atento à complexidade presente, mas diante de limitações.

O PROCESSO DE PESQUISA SOBRE A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE CAMPO DO BANCO, NO BAIRRO DA VÁRZEA, ATRAVÉS DE ICONOGRAFIA E RELATOS ORAIS DOS SEUS MORADORES E DE PROXIMIDADES

Alexandre Acioli de Lucena Júnior

(Universidade Federal de Pernambuco, Bacharel em História)
(aciolijr@yahoo.com.br)

Entre a diversidade dos moradores do Campo do Banco e também dos moradores de proximidades desta comunidade é possível perceber a importância de relatos orais como fontes de evidência histórica (THOMPSON, 2002). Para enxergar relações de negociação e conflitos individuais e em grupo, políticas e economias do estado estas fontes são indispensáveis. São conexões pertinentes, pois indica caminhos para analisar informações relativas ao período de 1950, em Pernambuco, sobre a formação da Universidade Federal de Pernambuco, como foi o processo de formação do Campo do Banco. São memórias dos moradores do Campo do Banco e proximidades que embasam parte da atmosfera da cidade do Recife no recorte de dez anos da década de 1950 até 1960.

A Rua Professor Artur de Sá, na parte norte, que liga a Universidade Federal de Pernambuco (indicada em vermelho) ao Campo do Banco (verde) está disposta até o colégio Magalhães Bastos. A parte da frente do Campo do Banco pode ser apontada como a do cruzamento entre as Ruas Acadêmico Hélio Ramos e a Rua Professor Artur de Sá. A Rua Acadêmico Hélio Ramos é a que separa os muros da Universidade Federal de Pernambuco para o Campo do Banco. Na paisagem, localiza-se o Campo do Banco, mas como entrar nas narrativas de sua formação?



Para estar presente na atmosfera de Recife durante a década de 1950, Maria Dulce Barbosa Leal dá o primeiro passo. Das entrevistas surgem pontos iniciais para nortear outras abordagens, outras investigações, ampliações dos objetivos iniciais. Natural do município de Surubim, 124 quilômetros de distância do Recife. Veio para a Várzea no dia nove de março de 1957, e ela nos dá direcionamentos de como era difícil distinguir ambiente rural e urbano já na cidade, e também aponta a forma de fazer política frente em meio à urbanização da década de 1950.

Foto extraída através do software Google Earth, da Google – Direitos Reservados. 20 de novembro. 2009



“Era somente de campina, só mato, plantação de verdura, criação de gado, sabe? Eu conheci Doutor Amazonas, o primeiro reitor, foi o fundador da universidade, ele na frente do meu barraco chamava a pessoa, passava assim na calçada... Ele fazia: “Venha cá, você quer trabalhar”. Muita gente queria e outros não queriam. Era pra limpar o mato, era começar a construção da universidade. Mas eu alcancei isso aqui tudinho, aquele prédio alto. Quanto eu cheguei, só... o hospital das clínicas só existia o esqueleto. Já era, já tava pronto, era o esqueleto, a grade de, de concreto somente, mas o resto foi tudo depois. Eu vi a construção desse prédio alto. Vi a construção da escola de Química, vi Medicina... Já tava mais ou menos quase inaugurada já. Olhe, Juscelino caminhou por aqui, por essa estrada pra inaugurar a faculdade de Medicina” (MARIA DULCE BARBOSA LEAL).

Se só se apegar à primeira parte do que dona Maria Dulce Leal disse, vai ser possível ter um leque bem importante sobre a ruralização presente no ambiente urbano. Já mais adiante, é indicada a construção da Universidade Federal de Pernambuco na recordação do primeiro reitor Joaquim Amazonas. Em seguida, o que desencadeava esta movimentação envolvendo urbanização da cidade para os setores mais afastados do centro, caracterizando um processo migratório de locomoção tanto da mão de obra dentro do próprio centro da cidade para zonas mais afastadas, como a Várzea, assim como também

outro processo migratório da Zona da Mata, do Agreste, do Sertão para estas zonas mais afastadas do centro de Recife. E a importância de estar presente diante da abertura oficial da obra pública para usufruto da sociedade, isto também com relação aos presidentes, como foi no caso de Juscelino Kubitschek, mas também pode ser outras recordações de prefeitos, governadores. São relatos orais de políticas com resquícios intervencionistas de governos estadonovistas, como o de Agamenon Magalhães.

“Em 1938 o governador de Pernambuco Agamenon Magalhães, intensificando sua política de combate à proliferação de mocambos, proibiu sua construção e passou a destruir as já construídas, deixando muita gente sem abrigo já que quase metade da população era mocambeira” (ABREU E LIMA, 2004, p.38).

Nessa mesma época, a ausência de infra estrutura com preocupação virada para serviços básicos em sociedade, tais como água, esgoto, eletricidade, perpetuava-se pelos anos a frente. Esta limitação dividia espaço com a procura de outras moradias, mesmo sendo ou já construídas de forma precária. A população mocambeira era deslocada e ficava à margem de contribuições significativas de um planejamento de governo imerso de interesses particulares, e de crise da indústria têxtil durante o período após 1930, cujo agravamento tácito se deu também por uma não proteção substancial do estado frente às recessões no mercado externo, que atingiu também o de tecido nacionalmente, o que inclui Pernambuco (ANDRADE, 2001). Assim como foi feito com as indústrias de açúcar, através do Instituto do Açúcar e do Alcool, um programa para assegurar certo investimento em equipamentos novos e manutenção dos antigos, além de contratação de mão de obra, as indústrias têxteis não tiveram o mesmo benefício em Pernambuco.

“A transformação da agroindústria açucareira e da cotonicultura em atividades voltadas para o mercado nacional devido à perda da competitividade no plano internacional prejudicou a expansão do mercado da indústria localizada no Recife. A isso se acrescenta o fato de que, após 1930, a produção nordestina de algodão não recebeu proteção do Estado como aconteceu com o açúcar, que garantiu importantes cotas de produção com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), no primeiro governo de Vargas” (ABREU E LIMA, 2004, p.35).

Quando Manuel Correia fechou a segunda edição da trajetória das usinas de açúcar em Pernambuco¹, em 2001, deixou ainda muito espaço para se pesquisar, além de várias conclusões para serem trabalhadas. Mas ele fez algo bastante significativo, indicou o predomínio da política nas relações de poder dentro do estado há pelo menos duzentos anos, além de dar possibilidades a se enxergar sistemas de forte dominação econômica na forma continuada de manutenção do poder oficial do estado ou, simplesmente, poderes através de cargos influentes na sociedade do açúcar.

Então, a dificuldade é evidente desta convivência entre indivíduos que esbarravam na condição de sobreviver dividindo o espaço com políticos favoráveis a este tipo de progresso, não tão preocupados com a condição do trabalhador, da sua qualidade de vida.

“Os que mais se prejudicavam era os proletários rurais, que, muitas vezes, tinham seus salários reduzidos em mais de 60%, sob alegação de que dispunham de sítios, sua principal fonte de subsistência”²

As vilas operárias, em Paulista, em Camaragibe, na Vila da Macaxeira, na Torre, segundo o autor (SILVA, 1999), estavam sendo construídas para que os trabalhadores assalariados das indústrias de tecido tivessem abrigo, mas também disponibilidade temporal. É bem semelhante à realidade de deixar os trabalhadores permanentemente em suas *moradas*³ na zona canavieira, bem penosa porque não podiam plantar e ainda tinham que pagar suas habitações com seus ínfimos salários. Isto demonstra que a condição social do trabalhador não estava condizente com a satisfação geral, pelo contrário, bem longe do que significa esta palavra.

“Ao longo dos anos 50 permanecem e se acentuam os problemas econômicos dos trabalhadores, com o custo de vida sempre à frente dos salários, geralmente muito baixos. Enquanto os salários subiram 30% entre 1951 e 1953, o custo de vida subiu 46% no Recife. [...] No caso dos têxteis a super exploração da mão-de-obra era constante” (STEIN, 1979, p.87).

¹ ANDRADE, Manuel Correia. História das Usinas de Açúcar de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária. 2001, p. 34

² ABREU E LIMA, Maria do Socorro. Construindo o Sindicalismo Rural - Lutas, Partidos, Projetos. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 2005, p. 23. “A região mais importante do ponto de vista da agricultura, no Estado de Pernambuco, foi, ao longo de séculos, a zona da Mata. Grande produtora de açúcar desde os tempos coloniais”.

³ SIGAUD, Lygia. Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores de cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p.35. Nesta obra se discute a aplicabilidade do termo morada.

Problemas com a moradia e a ocupação de bairros estão presentes na evidência oral de Maria Dulce Leal, mas também foram representadas pelo trabalho Roteiros do Recife de Tadeu Rocha, como registro da modernização na década de 1950. Através da fotografia, Rocha caracteriza o processo de (de)composição dos mocambos no emaranhado das possíveis industriais e outras expansões da economia se arrastando para não falir, como as de têxtil por exemplo.

“No último quartel do século [XIX], surgiram nesta capital os primeiros estabelecimentos de grande indústria, que se juntaram às novas facilidades do transporte ferroviário a fim de atrair para Recife as populações desajustadas do interior nordestino”⁴

Como interventor, o governador Agamenon Magalhães trouxe uma solução para dar fim ao alastramento deste processo de ocupação da cidade do Recife por parte dos mocambeiros e outros (PONTUAL, 2001). Se na década de 1950⁵ ele vai ser eleito, então é importante atentar a sua política de urbanização como interventor. Além do mais, são informações pertinentes para trazer densidade a essa atmosfera recifense na década de 1950-1960.

“O principal interesse de Agamenon Magalhães era o de equiparar o Recife ao Rio de Janeiro, a grande metrópole nacional da época, através da erradicação de tudo que simbolizasse o velho, a miséria e a desordem. E a partir de um plano de remodelação da cidade, procurou modernizar, sanear, higienizar e embelezar” (PADOVAN, 2007, p.35).

São elementos fundamentais para a composição da narrativa de ocupação do Campo do Banco, pois está bem acerca deste fluxo migratório para Recife, diante de um saldo de crescimento demográfico, da década de 1940 para 1950, grande (50.6%) e, de 1950 para 1960, maior um pouco (51,9%). (MELO, 1978, p.120).

Durante os anos 1950, Pernambuco estava passando por uma situação de ‘dormência econômica’ que era refletida na produção têxtil, na produção de açúcar, pois era uma população de 524.682 onde apenas era “6,3% [na indústria] e, no comércio, 3%”

⁴ ROCHA, Tadeu. Roteiros do Recife. (Olinda e Guararapes). p.10, e p.150. *Apud* PONTUAL, Virgínia. Uma cidade e dois prefeitos. Narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950. Recife: Ed. Ufpe, 2001.

⁵ Agamenon foi interventor em 1937-1945, e, em 1950, é eleito governador de Pernambuco.(PONTUAL, 2001, p. 39-40).

(SINGER, 1977 *Apud* ABREU E LIMA, 2001, p.36). Sinal indicativo de elevado contingente de desempregados.

A pesquisadora Virgínia Pontual (PONTUAL, 2001, p.39) ainda aponta que nos anos 1950, 1952, 1954 a continuidade da política montada no Estado Novo diante destes anos pelo Partido Social Democrata (PSD) estava relacionada ao executivo estadual pernambucano. “Pra onde vai João Cleofas com tanto trabalhador, vai no sul tirar ticuca que Agamenon Mandou” cantarolava a campanha da época Maria Dulce Barbosa Leal.

“1950, 1952 e 1954 mostram que a estrutura política montada no Estado Novo e montada pelo Partido Social Democrático (PSD) ainda permanecia forte e poderosa. Em todos esses pleitos, o grupo estadonovista em Pernambuco saiu vitorioso em nível de executivo estadual e federal” (PONTUAL, 2001, p.39).

Nesta eleição de 1950, Agamenon vence no interior do estado (PONTUAL, 2001, p.40) e João Cleofas ganha em Recife. A participação da família de Maria Dulce Barbosa Leal na eleição pode ser um traço marcante, diante de uma tentativa de pluripartidarismo, de democratização, ainda mais sob o excesso de informação para persuadir o eleitor. Maria Leal também recorda, além da música de João Cleofas e Agamenon Magalhães durante a campanha eleitoral, do momento em que sua família participou da eleição do início da década de 1950.

“Mai na eleição de Agamenon eu morava em interior, foi em 52, 53, por aí foi... que ele foi candidato à governador. Era Agamenon Magalhães e, não sei se era Clécio Campelo, mas a gente votou em Agamenon. Toda a eleição era uma festa, hoje tá muito diferente, mas valeu à pena, tudo que se faz vale à pena, é de bom” (MARIA DULCE BARBOSA LEAL).

Agamenon ganha esta eleição no “interior”, mas não deixa de ter adeptos em Recife. Este fluxo migratório também revela mais aproximação para além da política e da economia do estado.

São evidenciadas outras temáticas, como, por exemplo, as festas na praça da Várzea. Maria Dulce Leal rememora época em que havia Fandango na praça da Várzea, durante o tempo em que o bonde era o transporte público da cidade e passava pela praça Pinto Damásio na Várzea.



Antiga Estação da Várzea. 1940.
Museu da cidade do Recife - acervo
iconográfico.

“[...] Festa natalina. Começava dia de véspera de natal, na semana de natal, ia até dia de reis. Era tudo festa. Era Pastoral, era, era, aquele, como era aquele negócio, aquele outra diversão que tinha José, que eu to esquecida o nome. Tinha, tinha Bumba meu boi, tinha muita coisa. [...] Era aquelas roupas bem longas, aquelas saias bem rodadas, as mulheres tudo dançando. Como era José aquela brincadeira que tinha na festa de natal antigamente, na Várzea. Aquela festa antiga da Várzea, como era? Como era aquela que o pessoal fazia, José, se lembra? Fandango. Era o fandango, era. Tinha o chefe que tocava e a pessoa tudo dançava, homem, mulheres, crianças, tudo. Era bonito [...] É esse povo do passado, era que sabia fazer, sabe. Isso aí quando eu cheguei do interior pra aqui já existia, ali foi, foi

passando o tempo, depois os chefes foram falecendo, aí pessoa jovem não vota com não dá, não dá valor pelo que é bom” (MARIA DULCE BARBOSA LEAL).

Ela recordou deste tempo através da memória acionada por esta fotografia da antiga estação do bonde na Várzea, que hoje é praça Pinto Damásio. As festas trazem mais informações para a compreensão da trajetória do bairro e do Campo do Banco, pois é bastante pertinente analisar expressões de culturas.



Inauguração da Feira da Várzea. 1960.
Museu da cidade do Recife - acervo
iconográfico.

Ainda com relação à estação da Várzea, mas não apenas ligado ao bonde, e sim com ligação à feirinha na praça da Várzea, que também dividia espaço com a estação, Maria Leal acrescenta mais informações: “[...] Quando a gente chegou não tinha feira na Várzea não, tinha seu José?! Não! Isso aqui meu filho não tinha

pista, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, era terra, terra de barro.” (MARIA DULCE

BARBOSA LEAL). Sobre o que tinha na feirinha, após apresentar uma fotografia da inauguração da Feira da Várzea, no ano de 1960, Maria Dulce Leal estreita mais a relação de suas memórias com as dos moradores do Campo do Banco e de proximidades.

“Gente não faltava não. Agora não era assim como hoje, sabe. Porque hoje, esses problemas de invasão de terra foi quem habitou

aqui a Várzea, porque na época não tinha, não era não seu José, a Várzea era cercadas de áreas verdes, desocupadas, a pessoa passeava, a pessoa criava um gado, nere” (MARIA DULCE BARBOSA LEAL).

Em seguida, questionada sobre a ocupação do Campo do Banco, se ela conhecia alguma narrativa mais específica, Maria Dulce aponta uma direção que vai se conectar com as memórias do antigo posseiro Henrique Mendes e com a idéia do fluxo migratório do interior estado para Recife no final da década de 1950. Com relação à ocupação do Campo do Banco, agora poderia ser uma indicação para apresentar Henrique Mendes, mas para manter o raciocínio da memória envolvendo a feira da praça da Várzea, e também destacar o ato de ouvir contar as histórias é que vai alargado aberto mais caminho.



Esta direção é da entrevista com Ílson Olegário, porque transborda um fluxo de informações sobre o passado e presente. Ele está envolvido com diversos programas de cultura e imerso em funções sociais de disseminação de informações pelo bairro da Várzea, além

de viver as ruas. Também teve vivência com sua avó, este um elemento condutor de sua narrativa. Moradora da Várzea e professora de corte e costura, dona Cícera Eugenia da Silva (1910-2007) teve seus serviços de costureira prestados nas proximidades da fábrica de tecidos da Várzea, a Fiação e Tecidos de Malha, fundada em 1893/1894, que tinha em sua capacidade de produção a mão de obra de 550 pessoas trabalhando em 1918 (STEIN, 1979). A própria memória de Olegário se mistura com a que tem de sua avó. Quanto à memória que Olegário tem de dona Cícera Eugenia relacionada à fábrica de tecidos da Várzea, ele diz:

Deveria ter [relação]. Até pela proximidade que era, né. Porque hoje essa casa está no mesmo lugar que estava, mas tem bem menos habitações do que tinha. Então, as pessoas que você conhecia tava sempre relacionada, né. E minha vó era uma professora conhecida, véi. Ela ensinou no Magalhães, ensinou no grupo. Era esposa do cara que foi motoneiro do bonde. Depois do guarda de trânsito, que na época não tinha tanto automóvel. Poucas pessoas tinha automóvel. Então. É... Tinha uma relação com essa galera. Hoje, acho que é a Vila Anita, que era uma vila dos funcionários da fábrica. Não sei se ela chegou a trabalhar, ou fazer encomenda da fábrica de tecidos, acho que não. Mas uma ligação com certeza. Eu na minha época de moleque, eu pulava o muro do Mazarello, saia pra Telve, que era onde era a fábrica de tecido eu acho, né. É uma fábrica do estilo francês e pá. Tinha uma relação, né. Ia de farda tomar banho de piscina (ÍLSON OLEGÁRIO).

A importância deste caminho na entrevista de Ílson Olegário traduz em informações correlatas aos assuntos desenvolvidos na conversa com Henrique Mendes Ferreira, nascido em 1934⁶. Quanto a estas indústrias, Henrique Mendes Ferreira, durante a entrevista diz ter conhecido a fábrica de tecido. “Me lembro. Fazia tecido, roupa. Fazia saco de estopa, e tinha outra no Zumbi também. Fábrica de estopa” (Henrique Mendes Ferreira). A história oral de vida (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.36) de Henrique Mendes Ferreira vai se ligar à própria história da Várzea.

Henrique Mendes é natural de Carpina, aproximadamente 55 quilômetros de Recife, e está na Várzea há 70 anos. Ele diz ser fundador da Várzea e que, até o Engenho do Meio, ele detinha terras. Já foi morador do Campo do Banco, mas, agora, mora aproximadamente a 200 metros de distância da entrada frontal do Campo do Banco, da Rua Professor Arthur de Sá.



A relação de Henrique Mendes com o trabalho na moagem da cana, onde hoje é a Universidade Federal de Pernambucano e, antes, localizava-se engenhos bangüês (COSTA, 1981) tem seu peso para esta pesquisa. As memórias de Mendes têm a ver com as memórias do tempo dos engenhos na cidade do Recife, na Várzea do Capibaribe, como é o

⁶ Estava presente nesta entrevista Hilário Pedro dos Santos e foi papel significativo para a realização da entrevista.

caso “onde, no século XVII, se encontravam os engenhos de João Fernandes Vieira” (ANDRADE, 2001, p35). A sua memória se relaciona com o cotidiano dos moradores que trabalhavam no espaço onde depois ficou demarcada a universidade. “Eu trabalhei desde a realização do canal aqui dentro. Era pra essa avenida aqui ói, não tinha esse prédio” (HENRIQUE MENDES) e apontou para o Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

É bem emblemática a construção da Universidade para a vida dos moradores do seu entorno. No caso de Henrique Mendes não é diferente, ele ainda guarda situações envolvendo negociações de pessoas ligadas à universidade, guarda também memória do engenho velho. Estas informações suscitam mais investigações acerca de suas veracidades, todavia, é importante deixar claro o caráter direcionador de uma fonte oral. Enxerga-se a fonte oral através deste prisma. Assim é possível constatar na sua entrevista:

“Essa FADE aí, essa FADE aí, ela me enrolou a Dona Cristina, já morreu, já, morreu de fumo. Dizem que ela morreu de fumo, fumava demais. Ela me deu um trocado, disse: “Ói seu galelo”, eu tava cheio de plantação de quiabo, de batata, umas batatas que eu plantei. Aí olhou pra secretaria assim, “se precisar, eu do as ordens”. A senhora vai indenizar, viu. Aí, entendeu como... “Não mai isso aqui é da univesidade” (Henrique fez mensura ao que Cristina dizia). Isso aqui não é da universidade não minha senhora, eu tô aqui há 50 anos, já fiz mais de 30 anos aqui tem quando... Aí tenho mais de 30 anos, isso daí não é da universidade, não. É do Engenho Velho, do tempo que tinha Engenho Velho. E essa área aqui pertence à Igreja da Várzea, convento da Várzea. Essa área todinha aqui até embaixo” (HENRIQUE MENDES).

Durante entrevista, para saber como havia a possibilidade de Henrique Mendes possuir estas terras, Hilário Santos⁷ interpola-o afirmando ter conseguido através do pagamento do foro, porque pagava foro ao engenho. “Eu pagava! Pagava. Pagava três tões. Eu pagava” (HENRIQUE MENDES). Quanto à indenização anunciada, não ficou somente verbalizado, mas se concretizou diante de um órgão federal, muito embora Henrique Mendes não tenha contribuído no sentido de apresentar as escrituras de conclusão do negócio.

“Tem muitos anos, sei o que, pra gente negociar. Não. Ele não tá com os óculos dele, aí a gente pegou e voltou. Isso aqui é do Engenho Velho e tô aqui menino, aqui nessa casa, eu tô aqui por cansado, meu terreno. Não mai eu....

⁷ Genro de Henrique Mendes.

“Quanto você quer pra fazer”, “Pra pegar um pedaço”. Me dê quinhentos mil reis, ela disse: “Não, é muito”. [...] Aí ela disse: “Vou dar 300”. Aí eu disse: “Tá bom”. Foi desse jeito. Eu cobreí 500 mil réis pra crescer, ela deu 300 mil réis (HENRIQUE MENDES).

Desta forma foi sendo construída a Universidade Federal de Pernambuco. A urbanização e ocupação destas terras da Várzea, de acordo com Henrique Mendes na qualidade de posseiro, faz parte da memória do bairro, e sua permanência vivo tem garantido esta memória. Em sua residência, foi percebido estima pela conversa de espaços territoriais, por mais difícil que seja o acesso. Nossa conversa sobre o que tem lhe garantido sustento, ou a sua permanência em sua residência encontra conexões a respeito de suas antigas terras, e da memória de alguns ocupantes:

Quem invadiu, eu tirei. Aí eu já tinha isso aqui tudinho. Aí eu chamei a polícia para tirar os invasor daqui, aí tirou tudinho. Eu dei um trocado pro meninos pra sustentar, aí quebraram telha, aí eu ainda bote pra comer. Aí o pessoal que tive de morar aí, nessa casa, aí tá dentro, é melhor do que depois dá um trocado a ele e pra fazer o barraco ali e o resto sai distribuindo por aí, é melhor do que o pessoal invadir. Aí eu disse: “Tá certo”. Eu tava no Campo do Banco, ali de minha propriedade. Aí deixei (HENRIQUE MENDES).

É interessante notar essa noção de territorialidade. Embora, a noção de pertencimento também vai dar espaço ao que Hilário Santos vai dizer sobre o que entende por caridade. A propriedade que está sendo ocupada e a “tomada” faz parte de uma compreensão que é complexa e incide sobre o que estava acontecendo neste processo de (re)ordenamento urbano na metade do século XX.

As pessoas eram “invasores”, num primeiro momento, para Henrique Mendes. Chegou até a chamar a polícia, porém a diversidade de contingente populacional começou a se localizar em suas propriedades dentro do Campo do Banco. Ao questionar Henrique sobre o Campo do Banco, ele se posiciona. “O campo do Banco não tinha nada ali. Tinha uma favelazinha”. (Henrique Mendes). Hilário Santos complementa na afirmativa de que tinha “uma favela braba”. E Henrique:

“Mas era pequena. Tinha mais ali do lado da Brasilit [...] tiraram ali e fizeram ali, tinha favela, mas aqui tava começando. A invadir aquilo tudinho, tudo aqui foi invadido pro lado de lá. Chio de casa ali, ói. Até professor, que era

professor da Marinha, teve uma área ali que pegavam um pedaço bem grande, contou a família dele” (HENRIQUE MENDES).

Nos lugares como a Várzea, Engenho do Meio, Iputinga, Cordeiro, vai ser inevitável comportar o resultado do fruto desta dilatação ou expansão da população que residia nos centros urbanos ou da população que residia no interior do estado, agora localizada na parte mais rural da cidade do Recife. Em 1940 já existe o exemplo de Casa Amarela, que teve a seus morros ocupados como outra face da moeda da política de erradicação dos mocambos das áreas centrais da cidade. (PORTUAL, 2001, p.47-49). Na Várzea, com relação ao exemplo de Casa Amarela, não será tão diferente com relação aos motivos de ocupação.

São movimentações, realidades semelhantes, dentro ou fora do Campo do Banco, como é o caso do genro de Henrique Mendes. A história oral de vida de Hilário Pereira dos Santos também corrobora com mais uma sentença para os indícios de formação do Campo do Banco através do fluxo migratório de outras partes do estado, da Zona da Mata, do Agreste, do Sertão.



Nascido em Vitória de Santo Antão, distante 51 km de Recife, Hilário Santos é morador da Várzea há 23 anos. Viveu com seu pai no engenho Campo Alegre, mas depois dos quinze anos, resolveu “cair no mundo” (HILÁRIO SANTOS). Foi para São Paulo com vinte e poucos anos par tentar a sorte, e voltou para Pernambuco com grande orgulho de ser um bom profissional. Como mecânico industrial, teve seu currículo ampliado na passagem por São Paulo, como motorista profissional; mecânico de manutenção; lubrificador industrial, de automóveis e máquinas pesadas. Sendo ele genro de Henrique Mendes, ambos tem muito da memória de um que se ligada à vida do outro. Às vezes, durante a entrevista feita com os dois, um se adiantava na resposta do outro, como se fosse um a própria pessoa do outro. Também serve de alerta pelo caráter específico do assunto, sobre determinadas informações mais reservadas, porque poderia ser que algum dos assuntos Hilário Santos não considerasse disponível para ser mencionado por Henrique Mendes. No

entanto, este conjunto tem na temática da construção do Campo do Banco pontos coincidentes. Um entrando no espaço do outro. Estes personagens juntos convivem em seus cotidianos quase todos os dias.

A conjuntura desfavorável para uma socialização de territórios pertencentes a particulares ou ao estado, no do momento de ocupação do Campo do Banco, ainda tem desdobramentos até hoje. Diante de um discurso de progresso, avenidas longas, grandes edifícios funcionais, pessoas correram e correm risco de morte, outros morreram, não para roubar, mas para sobreviver debaixo de um abrigo. A preocupação com a ‘criminalização’ é latente em todos os entrevistados, pois o receita de desocupação ainda é presente. Menos em Dona Maria Leal, que se permitiu ser tão despojada em suas colocações verbais e atitudes gestuais durante entrevista. Saber se esta pesquisa tem ligação com a Prefeitura por conta do gravador e da câmera fotográfica foi uma dúvida recorrente, no caso de Henrique e Hilário. Esta tensão em seus olhares não pode ser registrada no momento, assim como todas as expressões não verbais. Isto impossibilitou mais transparência para expor determinados pontos de vista. Contudo, o respeito por estar no espaço do outro é pertinente.

É neste mosaico que as memórias são constituídas de traços marcantes para um ou várias pessoas, como no caso de ter ido trabalhar em São Paulo para Hilário Santos, ou na lembrança de Henrique Mendes do engenho velho na Universidade. As feiras na praça Pinto Damásio, cuja memória de Ílson vem entrelaçada diante dos relatos orais que sua avó, Cícera Eugenia da Silva, contava e é entrelaçada pelos relatos orais de dona Maria Dulce Leal.

Entre a diversidade dos olhares dos moradores do Campo do Banco e também dos olhares dos moradores de proximidades é possível perceber a importância de relatos orais para (re)viver parte da atmosfera da cidade do Recife nos dez anos da década de 1950. Neste primeiro momento de entrevistas, houve o recorte de um ciclo, uma rede de entrevistas, importantes por articular um processo de engajamento de uma história oral articulada com a memória de traços individuais e coletivos. Foi neste ciclo que se deu atenção importante à memória dos velhos, assim como foi também significativa a participação dos jovens, na ideia de ouvir contar de seus avós e avôs, familiares, informações pertinentes do processo de formação do Campo do Banco, da construção da

Universidade Federal de Pernambuco e da política de urbanização em Recife no recorte histórico de 1950-1960.

Referências Bibliográficas

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. Construindo o Sindicalismo Rural - Lutas, Partidos, Projetos. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 2005

ANDRADE, Manuel Correia. História das Usinas de Açúcar de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária. 2001.

COSTA, Pereira da. Arredores do Recife. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

HOLANDA, Fabiola; MEIHY, J.C.S. BOM. História Oral: Como Fazer, Como Pensar. São Paulo, Contexto, 2007.

PADOVAN, Maria Concepta. As máscaras da razão: memórias da loucura no Recife durante o período do Estado Novo (1937-1945). Dissertação. Recife: Ufpe, 2007.

PONTURAL, Virgínia. Uma cidade e dois prefeitos. Narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950. Recife: Ed. Ufpe.

SIGAUD, Lygia. Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores de cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979

STEIN, Stanley J. Origem e evolução da indústria têxtil no Brasil - 1850-1950. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

THOMPSON, Paul. A voz do passado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.